Modalidade pode evitar a imobilização de recursos em cauções, mas exige análise do custo da apólice e de possíveis contragarantias

Com a taxa básica de juros em 13,75% ao ano, empresas que precisam apresentar garantias para executar contratos públicos ou privados podem ter de reservar dinheiro que também seria necessário para iniciar o trabalho. Quando aceito como alternativa à caução em dinheiro, o seguro garantia pode reduzir essa imobilização, mantendo recursos disponíveis para despesas operacionais e investimentos. A vantagem, porém, depende da comparação entre o custo da apólice, eventuais contragarantias e as alternativas disponíveis para a empresa.

A modalidade protege o contratante contra o descumprimento das obrigações cobertas pela apólice. A empresa responsável pela execução contrata o seguro, paga o prêmio e passa pela análise da seguradora, que avalia sua capacidade de cumprir os compromissos assumidos. Em contratações públicas, a Lei nº 14.133/2021 prevê o seguro garantia entre as modalidades admitidas, observadas as condições do edital e do contrato.

“Conquistar um contrato exige capacidade de entrega e dinheiro para começar a operação. Se a garantia comprometer os recursos previstos para equipes, materiais e fornecedores, a empresa pode precisar buscar financiamento adicional. Por isso, essa escolha deve fazer parte do planejamento desde o início”, afirma Edson Barros, sócio-fundador da Acoy, insurtech especializada em seguro garantia.

Em uma prestação de serviços, por exemplo, a contratação de profissionais e a compra de equipamentos podem ocorrer antes do primeiro pagamento. Se houver também a exigência de uma caução em dinheiro, a companhia precisará acomodar os dois compromissos no orçamento. A possibilidade de apresentar uma apólice em substituição ao depósito pode preservar recursos para essas despesas.

“A pergunta não é apenas quanto custa a apólice. É quanto custa para a empresa deixar dinheiro imobilizado enquanto precisa contratar pessoas, comprar materiais e cumprir o contrato. Essa comparação muda conforme o prazo de execução, o momento dos pagamentos e as contragarantias exigidas”, explica Edson.

A decisão não depende apenas do valor da caução que deixará de ser depositado. Para saber se o seguro é vantajoso, a empresa precisa comparar o custo da apólice e as possíveis contragarantias com o custo de manter recursos parados ou de obter crédito para iniciar o contrato. A apólice preserva o caixa, mas não elimina a obrigação garantida.

A avaliação conjunta das áreas financeira e jurídica ajuda a dimensionar esse benefício e verificar se a cobertura atende às obrigações previstas no contrato. Custo, vigência e eventuais recursos ou bens exigidos como contragarantia precisam entrar nessa análise.

A gestão de risco continua durante a execução. Prorrogações, mudanças de escopo ou alterações no valor do contrato podem exigir ajustes na apólice e novos desembolsos. Acompanhar essas mudanças ajuda a manter a cobertura adequada às obrigações assumidas e incorporar as despesas ao planejamento financeiro.

“Quando o financeiro sabe quais garantias estão vigentes e a quais contratos elas estão ligadas, consegue prever despesas, avaliar o risco de novos compromissos e decidir com mais clareza. Esse controle ajuda a preservar o benefício obtido na contratação”, conclui o executivo.

Sobre a Acoy
Fundada em 2018, a Acoy é uma insurtech especializada em seguro garantia. A empresa desenvolveu uma plataforma digital que centraliza a cotação, emissão e gestão de apólices, conectando 39 seguradoras em um único ambiente. Com foco em simplicidade, agilidade,

segurança e eficiência operacional, a tecnologia transforma um processo que tradicionalmente levava entre 48 horas e até cinco dias em uma operação concluída em poucos minutos. Atualmente, a companhia atende cerca de 30 clientes corporativos, possui aproximadamente mil usuários ativos e emite cerca de 4 mil apólices por mês, contribuindo para a modernização e digitalização do mercado segurador brasileiro.

Fonte: evva, em 04.11.2026